

A naturalização do produtivismo acadêmico no trabalho docente

Silvia Alves dos Santos*

Resumo: O presente texto tem por objetivo mostrar que a pesquisa na universidade esteve, no final do século XX, marcada por interesses e disputas por hegemonia na sociedade. A universidade por meio de orientações econômicas mais amplas, resultantes do processo de mundialização do capital, passa a produzir uma nova cultura universitária. O doutorado e a Iniciação Científica passam a ter centralidade nas políticas de formação de pesquisadores e alteram substancialmente o trabalho docente na universidade. Reiteramos a convicção de que analisar o trabalho docente revela questões de muita complexidade e relevância. Assim, impõe-se o desvelamento de diversas questões, considerando que o resultado do trabalho docente, tanto na graduação, por meio da vinculação à Iniciação Científica, como na pós-graduação, com orientações e publicações qualificadas, exige uma dedicação profissional que seja de efetiva e contínua formação e superação, seja no campo da pesquisa ou na transmissão do conhecimento em sala de aula.

Palavras-chave: Produtivismo. Universidade. Pesquisa.

The naturalization of productivism academic in teaching

Abstract: The present text has for objective to show that the research in the university was, in the end of the century XX, marked by interests and disputes by hegemony in the society. The university through wider economical orientations, resultants of the process of mundialização of the capital, it starts to produce a new academical culture. The doctorate and Scientific Initiation start to have centrality in the politics of researchers' formation and they alter the educational work substantially in the university. We reiterated the conviction that to analyze the educational work he/she reveals subjects of a lot of complexity and relevance. Like this, the unveiling of several subjects is imposed, considering that the result of the educational work, so much in the graduation, through the linking to the Scientific Initiation, as in the masters degree, with orientations and qualified publications, it demands a professional dedication that is of effective and continuous formation and overcoming, be in the field of the research or in the transmission of the knowledge in class room.

Key words: Productivist. University. Research.



* **SILVIA ALVES DOS SANTOS** é Mestre em Educação. Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFSCar. Professora do departamento de Pedagogia da UENP - CP. Coordenadora do Grupo de pesquisa em Estudos Marxistas da UENP-CP. Pesquisadora do grupo de Economia Política e Formação Humana na UFSCar (GEPEFH) e do grupo UNIVERSITAS/Br. Apoio Fundação Araucária.

Introdução

O presente texto tem por objetivo mostrar que a pesquisa na universidade esteve, no final do século XX, marcada por interesses e disputas por hegemonia na sociedade. A análise aqui pretendida toma como marco histórico a Reforma do Aparelho do Estado em 1995, não como um limite rígido, mas como uma forma de situar a discussão num contexto político e econômico, caracterizado por intensas mudanças, especialmente nas instituições sociais republicanas, entre elas, a universidade pública.

Neste contexto, após o movimento reformista, que atingiu a educação superior, professores, alunos, instituições, programas e cursos passaram a ser avaliados e regulados por meio de elementos que primavam por produções ajustadas às orientações econômicas mais amplas.

O denominado movimento reformista fora caracterizado pelas intensas e extensas modificações decorrentes da Reforma do Aparelho do Estado, no Brasil em 1995 (MARE). O complexo movimento de reformas visava o fortalecimento da administração pública direta – núcleo estratégico do Estado – e a descentralização da administração pública com a implantação de agências executivas e de organizações sociais controladas por contratos de gestão. No campo da educação superior, as mudanças se orientaram a partir de pressupostos que caracterizavam as universidades como organizações sociais. As universidades passariam a organizar-se como entidades públicas não-estatais ou fundações públicas de direito privado, isso significa afirmar o

gradual processo de mercantilização que iniciaria na educação superior neste período. Tanto as medidas implementadas pelo MARE, quanto as de iniciativa do MEC parecem apontar para um gradativo afastamento do Estado das responsabilidades constitucionais de manutenção desse serviço público estatal e indução à busca de recursos para sua manutenção junto a fontes privadas, incluindo-se a adoção do ensino pago.

Apontam também na direção de gradativa transformação das IES em universidades de ensino, e conseqüente implantação de regimes precarizados de trabalho. (SILVA JR, SGUISSARDI, 2001).

A produção científica nas universidades públicas a partir da Reforma do Aparelho do Estado evidenciou uma indução ao financiamento, no sentido deste, ser o elemento solucionador de problemas de ordem técnica e social no país naquele momento de ajuste e de mudanças na economia brasileira. Este movimento de indução de pesquisas passa a ser reforçado pela presença dos fundos setoriais que tinham como objetivo desenvolver parcerias entre as universidades, os centros de pesquisas e as fundações de apoio, cujas conseqüências sentiríamos mais adiante, com a denominada “ciência engajada” ao mercado e à produção de um novo modelo político de organização social.

As instituições republicanas, responsáveis pela educação em todos os níveis de ensino, sofreram um processo de profissionalização, uma espécie de ajuste social no entendimento de Popkewitz (1997), para então combater os problemas que afligiam a sociedade no final do século XX.



As reformas (educacionais) buscavam uma reestruturação geral das instituições sociais e políticas. A guerra contra a pobreza visava a ajudar os pobres e os socialmente desajustados a obter o apoio necessário para eliminar as condições econômicas que contribuíram para a pobreza. O esforço de “guerra” devia fazer surgir o melhor do conhecimento especializado para as ciências sociais para combater os problemas da sociedade. O movimento de reforma escolar foi parte desta conjugação de esforços visando o estabelecimento de instituições eficientes, eficazes e ao mesmo tempo, sensíveis às exigências de igualdade social (POPKEWITZ, 1997, p. 149).

Tais movimentos de reestruturação e ajustes, reconfiguraram o papel das universidades e do trabalho dos professores pesquisadores. Houve um processo de profissionalização da ciência, do conhecimento, com sutis objetivos de regulação social. A ciência ajustada serve, a partir de então, como base para a formação do indivíduo singular, cujo maior traço é o individualismo. O trabalho formativo desempenhado pelas escolas e universidades passou a reforçar por meio das práticas pedagógicas e de pesquisa, os princípios do velho liberalismo econômico – *individualismo, competitividade e produtividade* – eixos que se tornariam posteriormente, orientadores do desenvolvimento de pesquisas no país.

A universidade por meio de orientações econômicas mais amplas, resultantes do processo de mundialização do capital, passa a produzir uma nova cultura universitária, por meio de práticas sociais individualistas, concorrenciais e produtivistas, aquilo que Mancebo (1998) denominou de “exercício da solidão no ideário neoliberal” no contexto das universidades públicas. Aliás, a proposta desse ideário era naturalizar esses elementos na prática universitária daqueles sujeitos envolvidos com a produção do conhecimento científico na

universidade pública, envolvendo-os de tal forma, por meio dos avanços tecnológicos e do financiamento de pesquisas, que estes não teriam condições de recusa ou mesmo de uma reflexão mais cautelosa dos processos que envolviam essas mudanças na universidade e no trabalho dos pesquisadores. A naturalização desses elementos na prática universitária de alunos e professores envolvidos com a pesquisa nos leva a deduzir um processo de mercadorização da ciência.

O saber perde então a sua condição de “valor de uso” e passa a ser avaliado como algo que existe para ser vendido e que também existe para ser consumido com vistas a uma nova produção. Fornecedores e usuários do conhecimento passam a ter uma relação com o saber como “valor de troca”. O seu valor é determinado por uma realidade extrínseca a ele; ele é, segundo a definição clássica, a expressão do trabalho humano socialmente necessário para produzi-lo. (...) o saber tornou-se a principal força de produção (LYOTARD, 2008, P. 129).

Pode-se dizer que, assim, por meio da naturalização das práticas produtivistas na universidade, acentuadas pelos interesses do mercado, que a cultura do imediatismo passa a ser consolidada em relação aos fenômenos sociais e estes por sua vez passam a ser explicados e reproduzidos por meio de análises fragmentadas e superficiais, legitimando desta forma uma visão pragmática de ciência e produção do conhecimento.

Para compreender as repercussões das reformas na educação superior e especificamente na prática universitária, torna-se imperioso fazer um movimento que examina a realidade objetiva e praticamente, tendo como objetivo mostrar como o trabalho docente, direta e indiretamente tende a naturalizar o

produtivismo acadêmico desde os cursos de graduação à pós-graduação.

A centralidade da pesquisa na educação superior e a naturalização do produtivismo acadêmico

As políticas para a educação superior desencadeadas após a Reforma do Aparelho do Estado em 1995, mostram que esse nível de ensino passa a ser organizado, a partir de um contexto político e econômico caracterizado pela mundialização do capital.

Percebe-se que o movimento reformista iniciado nesse período, é reflexo de um movimento mais amplo de reestruturação do capital, por meio do fenômeno da mundialização. Esse fenômeno decorre das mudanças estruturais que passou o capitalismo nas últimas décadas do século XX. As mudanças desencadeadas passam desde reformas no Aparelho do Estado às instituições sociais que o compõem, cujos objetivos e práticas são alterados tendo em vista, atender aos reclames da globalização¹ como forma de acompanhar os processos de modernização (Chesnais, 1996).

Nesse contexto, pode-se afirmar que o campo da universidade pública passa a ser ameaçado pelo objetivo de produzir ciência e tecnologia para o capital internacional, utilizando-se da força de trabalho de alunos e professores na graduação e na pós-graduação, no que se refere ao desenvolvimento de pesquisas de impacto, pesquisas cujo custo recai sobre a exploração da força

de trabalho e o lucro representa o poder de circulação e acumulação do capital.

Entretanto, não se pode desconsiderar que coexistem no espaço da universidade pública, de forma paralela a esse movimento de pesquisas induzidas, aquelas, cujas análises delineiam-se como contra-hegemônicas. Isso demonstra que mesmo diante de um movimento que aparentemente se mostra irreversível, existem pesquisas cujo aspecto se volta para análises que primam pela totalidade dos fenômenos e suas contribuições para a sociedade, entre estas, destaca-se algumas pesquisas relevantes de caráter social desenvolvidas, inclusive, no campo da Iniciação Científica e, muitas delas, na pós-graduação em cursos *strictu sensu*.

Ao que indicam as pesquisas feitas por diversos estudiosos sobre a pesquisa na universidade pública e suas relações com os interesses do capital, entre eles Bittar (2009), Silva Jr. e Sguissardi (2009), Mancebo (1998), Bessa Leda (2006); além dos próprios Relatórios de Gestão do CNPq, especialmente após o ano de 2001, mostram que as mudanças nos tipos de pesquisa a ser produzidas no âmbito da universidade pública, assemelham-se às orientações mais amplas difundidas e concretizadas no contexto de arrefecimento das análises históricas que contemplam a totalidade dos fenômenos para dar lugar às pesquisas voltadas para particularidades carregadas de relatividades.

As políticas de apoio à pesquisa e divulgação científica no Brasil e no Paraná, contribuíram para a colocação do Brasil em 13º lugar no ranking mundial. Esse ranking foi divulgado pelo ministro da educação Fernando Haddad em maio de 2009, com base nos dados do Institute for Scientific Information, disponível em (<http://www.isiwebofknowledge.com>).

¹ Segundo Maués (2003) a globalização representa uma inovação na etapa atual da universalização do capital que, em outras palavras, significa a ampliação do poder do comércio, além do aumento de transações de caráter especulativo, que possibilitam a centralização e a concentração do capital privilegiando uma minoria da população.

O levantamento de dados das instituições brasileiras foi realizado pelo Instituto Lobo, disponível em (<http://www.institutolobo.org.br>), que por sua vez, identifica a Universidade Estadual de Londrina, no Paraná, como uma das IES de grande produtividade científica no país.

Os índices acima destacados referem-se ao período de 2001 a 2005, momento em que houve um salto nos programas de pós-graduação no Estado do Paraná, seguidos da exigência de publicações feitas pela agência Capes e pelo Sistema Qualis da mesma.

Diante do contexto e das exigências, o campo da pesquisa passa a ser modelado de acordo com o que espera o setor produtivo em termos de ciência e tecnologia. Em reportagem á Revista FAPESP n. 85, de março de 2003, o ex-ministro de Ciência e Tecnologia Roberto Amaral afirma que “*o domínio da tecnologia só pode se dar com a existência, no país, de um corpo de técnicos e cientistas capacitados para a criação ou a assimilação dos seus princípios*” (AMARAL, 2003, P. 61-62). Por esta afirmação já se pode prever que a produção científica tender-se-á majoritariamente para áreas de interesses do mercado, á ciência fundamentada no pragmatismo.

No que diz respeito às pesquisas de impacto, Bittar (2009) analisa que as pesquisas nas universidades públicas não estão imunes ao jogo concorrencial dos interesses de grupos hegemônicos e por isso mesmo tendem a assumir disputas por melhores posições, desarticulando o pólo da crítica científica:

A disputa por posições em Conselhos Editoriais alia-se à necessidade de publicar nos melhores periódicos, isto é, naqueles qualificados e avaliados

pelo campo uma vez que: “Não há ‘escolha’ científica – do campo de pesquisa, dos métodos empregados, do lugar de publicação; ou, ainda, escolha entre uma publicação imediata de resultados parcialmente verificados e uma publicação tardia de resultados plenamente controlados – que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes” (BITTAR, 2009, p. 19).

Diante disto, a cultura do imediatismo parece consolidar-se em relação aos fenômenos sociais e estes por sua vez passam a ser explicados e reproduzidos por meio de análises fragmentadas e superficiais, legitimando desta forma o pragmatismo. Percebe-se que na perspectiva do pragmatismo a crítica, vai aos poucos desaparecendo e em seu lugar consolida-se uma ciência de banco de dados, onde é vendida ao pesquisador como pesquisa de impacto, ou seja, uma ciência incorporada à mercadoria. Esta, por sua vez, perde então a conotação de originalidade, de amor à causa pela ciência e o pólo da crítica começa então a ser atrofiado e passa a velar os conflitos na sociedade, que se contradizem na prática social (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2009).

Dados recentes divulgados na *Revista Sem Fronteiras, de Ciência Tecnologia e Inovação da SETI* (Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, em 2009), tendo como fontes, a Capes e o MEC, mostram um salto significativo na oferta de cursos de pós-graduação no Estado. Isso significa dizer que houve um movimento de centralidade da pesquisa nas universidades paranaenses.

Em 2008 havia 82 cursos de mestrado (80 acadêmicos e 2 profissionais) e 28 de doutorado, ambos reconhecidos pelo sistema de avaliação brasileiro da pós-graduação. Desse número de cursos, o total de alunos titulados em cursos de mestrado corresponde a 2.110 e em nível de doutorado o total é de 339 alunos. Este cenário coloca o Paraná em ranking nacional ocupando o segundo lugar na oferta de programas de pós-graduação, perdendo apenas para o Estado de São Paulo, cuja tradição se destaca por meio dos programas ofertados pela USP, UNESP e UNICAMP.

Desse percentual no Paraná, 688 títulos de mestres e 193 de doutores foram dados pela UFPR (Universidade Federal do Paraná), isso revela que a participação das universidades estaduais ainda são tímidas, embora seja possível perceber uma evolução na oferta de cursos de doutorado, que cresceram 86% de 2005 a 2008.

Dados ainda mais recentes, divulgados pelo Relatório da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, no site da Universidade Estadual de Londrina, em 25 de fevereiro de 2010, mostram que há uma oferta de 37 mestrados acadêmicos e 16 doutorados. Desses números, há 1.084 alunos de mestrado e 375 de doutorado nesta instituição.

Segundo informações de docentes do curso de Agronomia da UEL, essa alta produtividade se dá em razão da aceitação às “regras do jogo”, remetidas à nova avaliação da Capes e do seu Sistema Qualis; bem como ao CNPq com a criação de bolsas de produtividade para os docentes e aos editais de pesquisa que são lançados regularmente em apoio ao desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação. Além disso, o Estado do Paraná, e especificamente, esta

universidade, conta com projetos de pesquisa e extensão que são desenvolvidos em parceria com a EMPRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e o IAPAR (Instituto Agrônomo do Paraná) cuja sede se localiza em Londrina, o que contribui para que esta área seja a mais produtiva em recursos humanos do Estado.

Dentre os doutores titulados no Estado, a área de destaque é a Ciências Agrárias, com 22 cursos de mestrado e 10 de doutorado. Estes números contribuem para o Paraná ocupar o quarto lugar em recursos humanos da grande área de Ciências Agrárias do CNPq. Estes resultados também demonstram a tradição agropecuária que historicamente o Estado desempenha, além do acompanhamento às demandas por produtividade científica.

Ao mesmo tempo em que existem dados representando o avanço no incentivo à pesquisa no Paraná, destacando o trabalho de alunos e professores para o desenvolvimento da ciência, por outro lado, esses rankings e os avanços nas publicações, mostram aquilo que denominamos de naturalização do produtivismo acadêmico. A naturalização deste fenômeno se dá, em grande parte, por um processo de intensificação e extensificação do trabalho de alunos e professores envolvidos com pesquisa, seja nos cursos de graduação, por meio da Iniciação Científica ou através dos cursos de pós-graduação *strictu sensu*.

O professor ideal agora é um híbrido de cientista e corretor de valores. Grande parte do seu tempo deve ser dedicado a preencher relatórios, alimentar estatísticas, levantar verbas e promover visibilidade para si e seu departamento. O campus vai se reconfigurando num gigantesco

pregão. O gerenciamento do meio acabou se tornando fim na universidade. A ideia é que todos se empenhem no limite de suas forças (SEVCENKO, 2000, p.7).

As atividades de pesquisa vinculadas aos programas de pós-graduação são, em grande parte, responsáveis pelo lugar que o Paraná ocupa no cenário nacional, entretanto, não se pode deixar de registrar que o programa de Iniciação Científica vinculado ao ensino de graduação ofertado nas IES, por meio da concessão de bolsas institucionais, ou pelo CNPq, ou ainda, por meio das fundações de amparo a pesquisa, foram e são significativas para essa evolução da produção científica no Estado.

Segundo o presidente atual do CNPq Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho, em entrevista concedida na sala de imprensa do CNPq, em março de 2010, salientou o avanço quantitativo das bolsas de Iniciação Científica, que passaram de 29 para 43 mil, o que significa um incremento de 14 mil bolsas.

O incremento no número das bolsas de Iniciação Científica se dá em um momento em que o país dedica especial atenção ao setor de ciência, tecnologia e inovação, que este ano foi contemplado com o maior orçamento federal de sua história, mais de R\$ 7 bilhões. As bolsas de IC têm papel estratégico na formação de pesquisadores qualificados, pois são com elas que os professores procuram despertar vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação e ensino médio. Estudos já comprovaram que *o estudante que é iniciado muito cedo no mundo da ciência reduz o tempo de titulação no mestrado e doutorado* (FILHO, CNPq, 2010, grifos nossos).

Podemos perceber que nos últimos cinco anos o CNPq tem investido maciçamente na concessão de bolsas de Iniciação Científica, isso mostra conforme o próprio comentário do presidente do CNPq, citado acima, que a Iniciação Científica representa a introdução do aluno no mundo da produtividade acadêmica, como também representa a possibilidade de colocar no mercado de trabalho sujeitos titulados em menor tempo e produtivos por maior tempo. Não podemos deixar de ressaltar que grande parte dos investimentos, tanto no financiamento de pesquisas, quanto na própria oferta de bolsas, majoritariamente, se destaca aqueles projetos voltados à inovação tecnológica.

Esse contexto permite-nos fazer uma constatação, o movimento de priorizar a IC e o doutorado, mostra a tentativa de substituição do que se fazia anteriormente no mestrado. Se antes a IC possuía a característica de familiarização com a pesquisa, atualmente, ela passa a ser o espaço privilegiado de formação do pesquisador por meio da inserção do aluno, desde a graduação, em projetos de pesquisa dos seus orientadores. Esse movimento parece-nos indicar a intenção de diminuir o tempo de preparação do pesquisador nas universidades públicas e a perspectiva de colocar no mercado de trabalho, jovens “talentos” produtivos, resultantes, em partes, dos processos de intensificação do trabalho de pesquisa de professores e alunos desde a graduação.

Podemos perceber que no atual modelo de produção científica, muitas vezes, o mecanismo da superficialidade reforçado em torno da pressão por publicações, impossibilita e fragiliza o caráter da reflexão crítica e da

totalidade sobre os fenômenos sociais e contribui cada vez mais para a produção de uma coesão em torno da necessidade de priorizar nas pesquisas o critério da utilidade em detrimento do critério da verdade.

Enfim, o que se visualiza nas universidades é que o trabalho dos professores pesquisadores sofre o impacto dos processos de flexibilização do setor produtivo, acompanhando as oscilações dos mercados, enfim, ao trabalho do professor são agregadas outras funções. Além do ensino e da pesquisa, este profissional passa a ser digitador, preenchedor de formulários, avaliador, entre outros. Passou a incorporar funções que nem sempre são remuneradas ou contabilizadas em suas horas de trabalho.

Ao concluir, reiteramos a convicção de que analisar o trabalho docente revela questões de muita complexidade e relevância. Assim, impõe-se o desvelamento das questões suscitadas preliminarmente neste texto, considerando que o resultado do trabalho docente, tanto na graduação, por meio da vinculação à IC, como na pós-graduação, com orientações e publicações qualificadas, exige uma dedicação profissional que seja de efetiva e contínua formação e superação, seja no campo da pesquisa ou na transmissão do conhecimento em sala de aula.

Referências

AMARAL, R. **A revolução possível: construir o conhecimento é prioridade.** *Revista Pesquisa FAPESP.* São Paulo, n. 85, mar. 2003. Encarte Especial, p. 58-59.

BITTAR, Marisa. **A pesquisa em educação no Brasil e a constituição do campo científico.**

Revista HISTEDBR on-line, campinas, n.33, p.3-22, mar.2009 - ISSN: 1676-2584.3.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq. Relatório de gestão institucional – 2001. Brasília, 2001.

FILHO, Carlos A. Aragão de Carvalho. **CNPq concede reajuste e amplia o número de bolsas.** Disponível em <http://www.cnpq.br/saladeimprensa/noticias/2010/0310.htm>. Acesso em 11.03.2010.

LEDA, Denise Bessa. **Trabalho docente no ensino superior sob o contexto das relações sociais capitalistas.** Caxambu, 29ª reunião da ANPED, 2006.

LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

MANCIBO, Deise. **Políticas para a educação superior e cultura universitária: o exercício da solidão no ideário neoliberal.** Caxambu, 21ª Reunião da ANPED, 1998.

POPKEWITZ, Thomaz S.. **Reforma educacional – uma política sociológica, poder e conhecimento em educação.** Porto Alegre : Editora Artes Médicas, 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (SETI). **Evolução da pós-graduação strictu sensu no Paraná.** Sem Fronteiras, Revista de Ciência Tecnologia e Inovação da SETI, 2009.

SEVCENKO, N. O professor como corretor. Folha de São Paulo, São Paulo, 4 jun., 2000. Caderno Mais, p. 6-7.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo e; HIPÓLITO, Oscar. Produção científica das IES brasileiras. Disponível em: <http://www.institutolobo.org.br>. Acesso em 21.04.2010.

SILVA JR, J. R.; SGUISSARDI, Valdemar. **O trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico.** São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **As novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção.** São Paulo: Cortez, 2001.